

**A PESQUISA-AÇÃO EM AÇÕES EXTENSIONISTAS COM A TEMÁTICA GESTÃO PÚBLICA:
UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO**

DIEGO FILLIPE DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

bobsheron@hotmail.com

JORGE DA SILVA CORREIA NETO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

jorgecorreianeto@gmail.com

A PESQUISA-AÇÃO EM AÇÕES EXTENSIONISTAS COM A TEMÁTICA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

As universidades têm papel primordial na construção do conhecimento da sociedade, garantido, inclusive, pela Constituição Federal de 1988, a qual preconiza a indissociabilidade das funções do ensino, pesquisa e extensão nestas organizações. Desta forma, estas organizações têm responsabilidade não só de construir o conhecimento, mas principalmente de compartilhá-lo e aplicá-lo. A sociedade tem visado democratizar a gestão pública, participando ativamente de sua atuação. Diante do exposto o objetivo deste trabalho é identificar nas universidades ações que utilizem o método da pesquisa-ação com a temática *administração pública* e/ou *gestão pública* na extensão universitária. Para isso, foram relacionados os temas extensão universitária, pesquisa-ação, sistema de gestão de projetos (SIGProj) e gestão pública. Como resultados, encontramos relações e características compartilhadas entre a extensão universitária e o método pesquisa-ação. Além disso, o SIGProj permitiu visualizar como a gestão pública tem sido abordada em práticas extensionistas pelas instituições de ensino superior cadastradas nesta plataforma, demonstrando assim a necessidade de concentração de ações de registro nesta plataforma e fomento às universidades, principalmente públicas, na discussão da temática gestão pública e participação social.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa-ação; extensão universitária; gestão pública.

ABSTRACT

Universities play a key role in building knowledge to the society, guaranteed, even by the Federal Constitution of 1988, a prior qualification of an indissociability of the teaching, research and extension functions of these organizations. In this way, these organizations have the responsibility not only to build knowledge, but mainly to share it and apply it. Our society aims to democratize the public administration, actively participating in its performance. With this context the objective of this work was to identify university extension projects that use the action research method with the focus on public administration and / or public management. To do this, it is necessary to combine issues related to university extension, action research, project management system (SIGProj) and public management. As results, we found relationships and characteristics shared between university extension and the research-action method. In addition, the SIGProj allowed us to visualize how public management has been approached in extension practices by universities registered in this platform, thus demonstrating the necessity of concentration of actions of the registry in this platform and fomenting universities, mainly public, in the discussion of public management and social participation issues.

KEYWORDS: *action research; university extension actions; public management.*

1. INTRODUÇÃO

A educação superior, fundamentada principalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aponta que a disseminação do conhecimento deve envolver os eixos ensino, extensão e pesquisa. Assim, mesmo que dentre as funções das instituições de ensino superior (IES) destaquem-se o ensino e a pesquisa como principais formadores de conhecimento, minimizar a extensão universitária como fonte de geração de conhecimento é equivocado e inconstitucional (MOITA; ANDRADE, 2009). Essa atuação e interação das atividades das instituições de ensino superior (IES) corroboram com o movimento crescente de sociedade participativa e democrática que ocorre desde a década de 1970 (GOHN, 2008), pois a sociedade tem buscado participar mais da gestão pública, interferindo e colaborando nas decisões e estratégias de suas ações.

Esta indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão também tem sido aplicada em estudos que lançam mão da estratégia metodológica da pesquisa-ação, que contém elementos característicos das três funções. Entrelaçando a pesquisa e a extensão, a pesquisa-ação pode ser vista como “uma estratégia metodológica da pesquisa social” que associa bem esses eixos, especialmente por sua intenção transformadora (THIOLLENT, 1986, p. 16).

A utilização dessa estratégia metodológica tem crescido gradativamente, e sua base está na vinculação entre teoria e prática, permitindo que o pesquisador atue em problemas sociais a partir de suas construções teóricas e referenciais (PEREIRA; CONCEIÇÃO, 2013). Além disso, fomenta-se o envolvimento da sociedade para melhor entendimento e construção de soluções (TRIPP, 2005), já que esta participação é requerida pela própria população, que avançou através de movimentos sociais, ganhando espaço na administração pública por meio de sua colaboração e participação ativa. A gestão pública é algo inerente não somente ao governo, mas principalmente aos receptores dos serviços públicos, pois são os que possuem mais propriedade para elencar suas necessidades.

Desta forma, observa-se a necessidade de pesquisas que objetivem ações e transformações da realidade social, beneficiando a população e ajustando a administração pública para cumprimento da sua principal função, que é o atendimento das necessidades públicas. A partir deste contexto emergiu a seguinte pergunta de pesquisa: como as IES públicas têm se utilizado da pesquisa-ação nas ações extensionistas com o foco na *administração pública e/ou gestão pública*?

Como os projetos de extensão das IES públicas devem ser registrados e acompanhados por meio do sistema SIGProj, detalhado mais adiante, a partir da base de dados do SIGProj a presente pesquisa objetivou realizar um estudo bibliométrico para identificar as ações extensionistas que se utilizaram da pesquisa-ação com o foco na *administração pública e/ou gestão pública*.

Esse estudo foi estruturado de forma a investigar a vinculação entre extensão universitária, pesquisa-ação e gestão pública. A revisão de literatura abordará o ensino superior e as atividades de extensão universitária, a estratégia de pesquisa-ação, o sistema de gestão de projetos do Ministério da Educação e, por fim, as inquietações da gestão pública e a forma de atuação da sociedade para um maior aperfeiçoamento e adequação às suas reais necessidades.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção serão discutidos os temas mais relevantes para a presente pesquisa, nomeadamente extensão universitária, o sistema de informações SIGProj, pesquisa-ação e gestão pública.

2.1 A universidade e a extensão universitária

O ensino superior é responsável por fomentar a propagação da informação e do conhecimento, construindo gradativamente uma sociedade inclusiva e diversificada, promovendo a investigação, inovação e criatividade (UNESCO, 2010), e o faz por meio de suas três funções indissociáveis: ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988; FRANCO; BITTAR, 2006). Mas vale ressaltar que a LDB prevê que a função ensino predomina na educação escolar, que é composta pela educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior (BRASIL, 1996).

Mas vale lembrar que o ensino não está limitado à transferência de conteúdos, pois consiste, principalmente, em fomentar o ato de pensar, refletir, adquirir conhecimento a partir de múltiplas perspectivas (FREIRE, 2006), não havendo linearidade na forma de obtenção desse conhecimento, apesar da sistematização do conhecimento ser a essência da ciência (MARCONI; LAKATOS, 2017).

A partir deste conceito, é possível identificar que a função ensino está amplamente difundida nas finalidades abordadas pela LDB no ensino superior, das quais citam explicitamente as funções de pesquisa e extensão, ratificando a indissociabilidade das funções (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996). Gil (2010) destaca ainda que uma das razões norteadoras da pesquisa é o desejo pelo conhecimento, enquanto Costa-Renders e Silva (2013) ratificam a relação das funções ensino e extensão das IES ao demonstrar que há contribuição da extensão universitária para o ensino-aprendizagem institucional.

Costa-Renders e Silva (2013) realizaram um estudo histórico da evolução da extensão com atividades de 1911 a 2012, demonstrando as diferentes dimensões da extensão e diferentes concepções da função. Neste estudo merecem destaque a criação do FORPROEX, a Constituição Federal de 1988 e a LDB.

Como apontam os citados autores, em 1987 aconteceu o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), iniciando a articulação e as diretrizes conceituais e políticas da extensão universitária (NOGUEIRA, 2000). A valorização deste encontro proporcionou sua continuidade, objetivando o compartilhamento, articulação, definição e redefinição de políticas acadêmicas de extensão das IES públicas.

Em 1988 a Constituição Federal preconizou que “as universidades [...] obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, on-line), mas é a partir da sanção da Lei 9.394/96 que são estabelecidas as diretrizes e bases da educação nacional, com a extensão sendo incluída como uma das finalidades das IES (BRASIL, 1996). Apesar disso, Diehl e Terra (2013) afirmam que ainda há um longo caminho a ser percorrido para efetivamente se integrar a extensão com o ensino e a pesquisa nas IES.

Ao longo dessas últimas décadas, a extensão universitária vem passando por diversas modificações conceituais, devido à sua institucionalização, avanços e discussões acadêmicas, sobretudo devido à sua complexidade e abrangência, transitando entre o caráter assistencialista, acadêmico e mercantilista (JEZINE, 2006), e devido às constantes ressignificações da extensão, especialmente entre as suas relações internas e práticas acadêmicas (SERRANO, 2010).

Alguns autores tratam a extensão universitária como a função de prestação de serviços da universidade para a sociedade (DANIEL, 1986; SANTOS 2010), mas esta ideia vem sendo reconstruída, principalmente a partir do FORPROEX, que conceituou extensão universitária como: “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (NOGUEIRA, 2000, p. 11).

A Política Nacional de Extensão Universitária (2012, p. 15) conceituou a extensão universitária como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. É

notória a existência de múltiplos conceitos deste tema, mas todos convergem para as transformações que a universidade pode gerar na sociedade.

Desejando orientar a formulação e implementação das ações extensionistas, Nogueira (2000) explicitou as diretrizes pactuadas no FORPROEX daquele ano: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e, impacto e transformação social. Visando a objetividade, ressaltam-se duas diretrizes, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e o impacto e transformação social.

Tornar essas funções indissociáveis é uma das premissas da extensão (MOITA; ANDRADE, 2009), mas muitas vezes isso tem acontecido apenas no discurso, sendo bastante divergente na realidade prática (DIEHL; TERRA, 2013). A extensão universitária é considerada o início do processo de transformação social, transformando-se a si mesma e a sua relação com as funções ensino e pesquisa das IES (SERRANO, 2010). Com isso, a Política Nacional de Extensão Universitária (2012) pontuou que ações extensionistas podem ocorrer em forma de cursos, eventos, projetos, programas e prestação de serviços, conforme as diretrizes elencadas por Nogueira (2000).

2.2 A extensão universitária e a pesquisa-ação

As ações extensionistas relacionadas ao ensino propiciam a reflexão na formação universitária comprometida e preocupada com os problemas sociais, sendo necessária a introdução da pesquisa, pois esta é responsável pela produção do conhecimento científico (MOITA; ANDRADE, 2009). Assim, é fundamental entender pesquisa como “um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico” e que objetiva “descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 2008, p. 26). Por sua vez, Marconi e Lakatos (2017) entendem por métodos de pesquisa as atividades sistemáticas realizadas de forma racional que permitirão o alcance do objetivo, orientando e auxiliando o pesquisador.

Há múltiplos caminhos de orientação sistemática para a realização da pesquisa, e a dinamicidade desta permite a continuidade de proposições de novos métodos e estratégias, como é o caso da pesquisa-ação (GIL, 2008). A pesquisa-ação é uma estratégia metodológica que busca investigar a prática, comparando a teoria, objetivando aperfeiçoá-la, tendo como principal característica o compromisso social e ação participativa (TRIPP, 2005; PEREIRA; CONCEIÇÃO, 2013).

A pesquisa-ação tem sido cada vez mais utilizada e disseminada na prática da pesquisa, especialmente nas ciências sociais (BALDISSERA, 2001; PEREIRA; CONCEIÇÃO, 2013). Para Dionne (2007), a pesquisa-ação consiste em uma intervenção conjunta, realizada com pesquisadores e atores sociais, na realidade de algumas situações problemáticas. Por sua vez, Tripp (2005) a conceituou como uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para a melhor prática. Dentre os conceitos disseminados na literatura, Thiollent (1986, p. 14) afirma que ela

é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo.

Uma das singularidades da pesquisa-ação abordadas por Pereira e Conceição (2013) é o compromisso social, que objetiva transformações a partir da construção conjunta de ações. Estas características permitem a associação da pesquisa-ação com a extensão universitária, e em consequência Araújo Filho e Thiollent (2008) abordam a utilização frequente deste método nas ações extensionistas. Contudo, ainda existem confusões relacionadas com a estratégia da

pesquisa-ação, sendo necessário cautela para tal caracterização (THIOLLENT, 1986). Apesar dos múltiplos conceitos e abordagens, há uma convergência para os seguintes pontos: relacionar a teoria e a prática, comprometimento com a sociedade, ação participativa e duplo objetivo: pesquisa e ação.

Semelhantemente ao conceito, o processo da pesquisa-ação é bem diversificado na literatura, tendo como pontos em comum os seguintes elementos: planejamento, ação, avaliação e reflexão (PEREIRA; CONCEIÇÃO, 2013). O planejamento é o primeiro passo para a ação (TRIPP, 2005), e consiste em projetar a pesquisa e a ação (DIONNE, 2007). A ação é a fase da implementação do que foi planejado anteriormente (TRIPP, 2005). A avaliação é descrita por Dionne (2007) como um momento de análise, onde pesquisadores e participantes confrontam o planejado, o objetivo e a execução. O autor considera que nesta fase há transferência de papéis entre os pesquisadores e os atores sociais, sendo necessário cuidado para manutenção da eficiência da ação e a cientificidade da pesquisa. O processo de reflexão é contínuo e essencial em todas as fases do processo, pois ele

começa com reflexão sobre a prática comum a fim de identificar o que melhorar. A reflexão também é essencial para o planejamento eficaz, implementação e monitoramento, e o ciclo termina com uma reflexão sobre o que sucedeu. Isso se perde quando o processo é reduzido a “planeje, faça, reflita”, como acontece muitas vezes em educação (TRIPP, 2005, p. 454).

2.3 Sistema de gestão de projetos de extensão

Uma das prioridades para a extensão, estabelecida em 1999, através do Plano Nacional de Extensão, foi a necessidade da implantação de um sistema de informações que permitisse o registro e gestão das ações extensionistas (FORPROEX, 2007). Em consequência o Ministério da Educação (MEC) apoiou que a UFMG realizasse as adaptações e atualizações necessárias para utilização do seu próprio sistema pelas instituições vinculadas ao FORPROEX, surgindo assim o SIEXBRASIL (FORPROEX, 2007). Porém, devido à necessidade de um sistema baseado em *software* livre, o FORPROEX em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) criou o SIGProj (PEREIRA; SCHENA, 2011).

O Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj) tem como objetivo auxiliar o planejamento, gestão, avaliação e a publicização de projetos de extensão, pesquisa, ensino e assuntos estudantis desenvolvidos e executados nas universidades brasileiras. O SIGProj está sendo desenvolvido por pesquisadores e alunos de várias universidades brasileiras (formando uma comunidade SIGProj) sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2017, on-line).

Desde então o SIGProj vem sendo o sistema de informação e gestão de projetos indicado pelo MEC para o registro e gestão de projetos de extensão, pesquisa, ensino e assuntos estudantis. Apesar disso, diversas instituições possuem sistemas locais de gestão (FORPROEX, 2007), diminuindo a abrangência da proposta do SIGProj que visava democratizar todas as informações das ações realizadas pela comunidade universitária e a sociedade, ampliando a transparência pública (BRASIL, 2017). A utilização de múltiplos sistemas torna a ferramenta pouco eficiente, pois reduz sua capacidade gerencial por falta de dados e informações precisas, já que “a utilização de dados e informações precisos e confiáveis é imprescindível para que a execução das tarefas seja feita com eficiência e eficácia” (PEREIRA; SCHENA, 2011, p. 4).

Embora o SIGProj sirva como instrumento gerencial para múltiplas plataformas (extensão, pesquisa, ensino e assuntos estudantis), o foco desta pesquisa será na plataforma de extensão. Os tipos de ações extensionistas consideradas pelo sistema são: ação de extensão, projeto, evento, curso, programa, prestação de serviços, produto, produção e publicação, bolsa

de extensão, trabalhos, planos de trabalho, banner, resumo, artigo, relato de experiência e pôster (BRASIL, 2017).

2.4 Gestão pública

A gestão pública tem sido tema recorrente na história do Brasil, acompanhada de reformas ou propostas de reformas que visam garantir eficiência e eficácia da máquina pública (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 2006). Além disso, Catelli e Santos (2004) apontam que cada vez mais a sociedade tem buscado monitorar e avaliar este gerenciamento, tornando-se uma preocupação cotidiana. Este fato estimula a participação ativa da sociedade nas condições sociopolíticas do Estado, e demanda “cada vez mais que os gestores públicos não apenas se atenham com disciplina aos limites dos escassos recursos orçados, mas otimizem a aplicação desses recursos em políticas que atendam efetivamente as necessidades da sociedade” (CATELLI; SANTOS, 2004, p. 424). Com isso a Administração Pública tem aperfeiçoado e moldado sua forma de gestão, passando por algumas reformas e aplicações de modelos organizacionais que se adequem a estas necessidades (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 2006).

Paes de Paula (2005) sugere um modelo, voltado para a gestão social, ao observar a expansão dos movimentos sociais e a forte atuação das organizações não governamentais que buscavam seus direitos, e dentre eles, a participação popular na gestão pública. A autora alega que a base das reivindicações era fortalecer o papel da sociedade civil na administração pública, tendo participação de atores governamentais, principalmente partidos de esquerda, consoante com o que Gohn (2008) destaca, ou seja, a importância dos movimentos sociais, reiterando o interesse social pela participação ativa na gestão pública. Antagonicamente, Bresser-Pereira e Spink (2006) visualizam esta participação como atuação da sociedade nas atividades do Estado, fomentando práticas neoliberalistas. Este entendimento não é compartilhado por outros autores, pois o que a sociedade propõe não é executar o serviço público, mas se envolver na gestão pública, corroborando com a democracia.

Essa participação da sociedade e envolvimento das universidades é demonstrada por Franco e Bittar (2006) ao realizar uma síntese das políticas públicas e desenvolvimento da extensão universitária. Os autores confirmam a importância da participação social para sustentação e estruturação da extensão nas universidades e, em consonância com o pensamento de Paes de Paula (2005).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa é um estudo bibliométrico e descritivo, realizado através da análise de ações extensionistas cadastradas no SIGProj. O estudo descritivo visa apresentar as características de determinado fenômeno, utilizando na maioria das vezes de uma abordagem quantitativa (GIL, 2010; MARCONI; LAKATOS, 2017).

O levantamento bibliográfico foi realizado através de uma pesquisa exploratória (GIL, 2010) em plataformas virtuais de busca de artigos (Google, Google Acadêmico, Scielo e Web of Science) utilizando como palavras-chave os termos “pesquisa-ação”, “extensão universitária”, “indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão”, “SIGProj” e “gestão pública”. Adicionalmente, a busca teórica também foi complementada a partir de leituras realizadas em livros relacionados às mesmas palavras-chave anteriormente mencionadas. Os textos levantados foram criteriosamente lidos e as informações mais importantes foram organizadas, com o intuito de familiarização e aproximação com o fenômeno pesquisado.

Além disso, foi realizada uma pesquisa no *site* do Sistema de Informação e Gestão de Projetos - SIGProj (sigproj1.mec.gov.br), com o intuito de obter as seguintes informações: 1) número de ações extensionistas cadastradas; 2) número/nome de universidades que utilizam

a plataforma SIGProj; 3) Número de ações extensionistas e instituições que utilizaram no título e/ou palavras-chave os termos *administração pública* e/ou *gestão pública* no período de 2005 a maio de 2017. Este levantamento foi considerado quantitativo, devido à análise permitida através do mapeamento quantificável das ações extensionistas e IES cadastradas.

Do total de ações extensionistas que abordam administração pública e/ou gestão pública no título ou nas palavras-chave, foi realizado um refinamento das informações extraídas do SIGProj, objetivando identificar a característica de pesquisa-ação nessas ações. Para tal, foi realizada uma busca dos termos indexadores pesquisa-ação, participação, investigação, ação coletiva, transformação e intervenção em todos os resumos descritivos. Esses termos foram selecionados a partir das publicações dos autores Baldissera (2001), Tripp (2005) e Pereira e Conceição (2013), os quais abordam a temática de pesquisa-ação nos artigos publicados. Após esse refinamento, foi realizada uma leitura criteriosa dos resumos descritivos de todas as ações que possuíam os termos supracitados, com o objetivo de identificar características da pesquisa-ação sugeridas no texto. Desta forma, a última etapa foi realizada por uma abordagem qualitativa, devido à avaliação das delimitações e informações encontradas em cada ação selecionada.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Devido à discricionariedade da utilização do sistema SIGProj, nem todas as IES utilizam esta plataforma. A partir da consulta pública possibilitada pelo SIGProj, foram identificadas mais de 45.000 ações extensionistas, e pelo menos 53 instituições de ensino superior utilizam ou já utilizaram esta plataforma. A partir disso, houve um refinamento da pesquisa com o objetivo de identificar ações extensionistas que versassem sobre administração pública e gestão pública, e para isso selecionamos apenas as ações extensionistas e instituições que utilizaram no título e/ou palavras-chave os termos *administração pública* ou *gestão pública* entre 2005 e maio de 2017. Como resultado desse refinamento, foram identificadas 177 ações cadastradas no SIGProj, distribuídas entre 36% das instituições supracitadas, conforme elucida o Gráfico 1.

Dentre o universo de IES existentes no Brasil, o quantitativo que já utilizou ou utiliza o SIGProj é muito reduzido, mesmo sendo óbvio que a concentração do registro de projetos em um único sistema de informações forneceria dados e informações mais precisos para a gestão. Pereira e Schena (2011) esclarecem que estes dados poderiam gerar maior eficiência e eficácia, mas que existem algumas peculiaridades que precisam ser ajustadas no SIGProj para que haja uma maior aceitação do público-alvo. Apesar disso, destaca-se a importância da utilização deste sistema, pois além de ser um sistema gerenciado e indicado pelo MEC, só o aumento da sua adesão poderá provocar mudanças e fornecimento de dados e informações claras e concretas. Esta concentração também poderá ampliar a visão e o dimensionamento das atividades extensionistas realizadas pelas IES públicas.

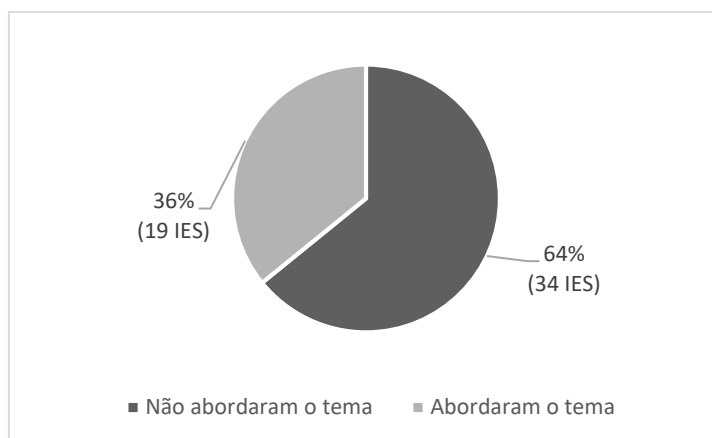


Gráfico 1: IES cadastradas no SIGProj que apresentaram, ou não, no título e/ou palavras-chave os indexadores “administração pública e/ou gestão pública”.

A partir desta identificação foram analisados os projetos que continham ambos os termos, visando excluir as duplicidades, reduzindo o quantitativo a 146 ações. A distribuição deste quantitativo entre as instituições que realizaram ações extensionistas é demonstrada no Gráfico 2.

Comparando este quantitativo ao número total de ações registradas no SIGProj, verificamos que há representatividade de 0,32% com este tema. Devido à amplitude de temas admissíveis, é impossível identificar o nível desta representação. Entretanto, ressalta-se que o tema gestão pública é abordado nas ações extensionistas, valorizando assim a preocupação das instituições em discutir o tema.

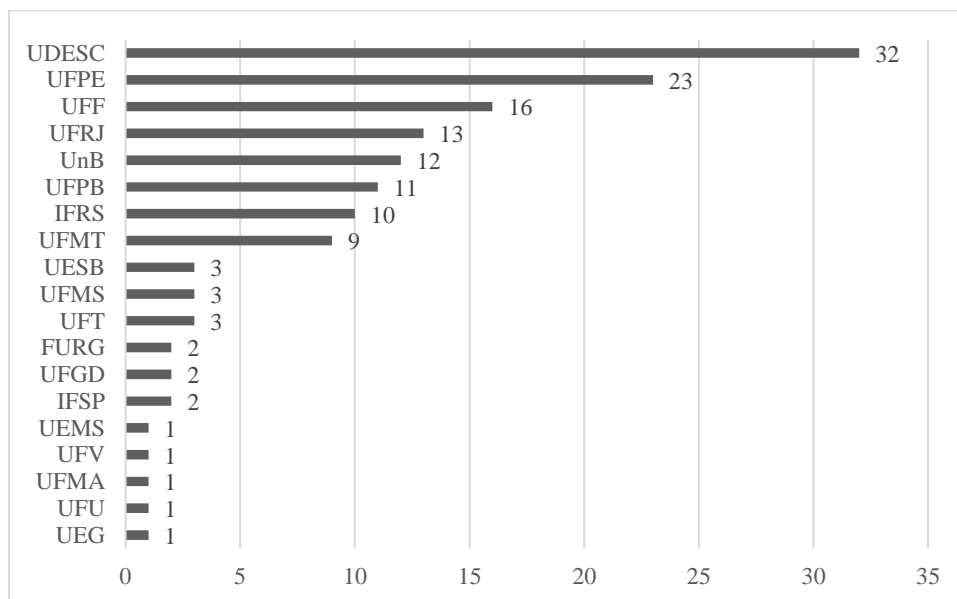


Gráfico 2: Quantidade de projetos de instituições de ensino superior cadastrados no SIGProj que possuem como título e/ou palavras-chave os indexadores (administração pública e/ou gestão pública).

É possível identificar que a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) lidera as ações extensionistas direcionadas ao tema *administração pública e/ou gestão pública*, representando aproximadamente 22% das ações. As IES, principalmente públicas, que não trataram desta temática precisam refletir sobre a importância desta prática, reafirmando a democracia e participação em suas ações, afinal a sociedade civil busca aumentar sua participação e discutir propostas que vislumbrem uma melhor prática (GOHN, 2008).

A partir destes dados houve outro refinamento, onde foram selecionados indexadores, a partir de algumas palavras-chave de publicações dos autores Baldissera (2001), Tripp (2005) e Pereira e Conceição (2013). Os indexadores escolhidos visaram selecionar as ações extensionistas, através dos resumos descritivos que possuíam relação com a pesquisa-ação. Como resultado da delimitação dos indexadores que caracterizaram as ações como pesquisa-ação, foram encontradas 29 ações e, a partir destas, foram analisados seus resumos descritivos objetivando identificar características da pesquisa-ação sugeridas pelas referências no texto. Do quantitativo encontrado, 18 ações (aproximadamente 62%) possuíam traços comuns com a pesquisa-ação.

O Gráfico 3 demonstra que a UDESC continuou liderando o *ranking* das IES que mais submeteram ações extensionistas ao SIGProj no tema abordado e possuía relação com o método da pesquisa-ação. Já outras universidades, mesmo com um grande quantitativo de ações, não permaneceram no *ranking*, pois das 16 instituições selecionadas, somente 7 demonstram as características pesquisadas.

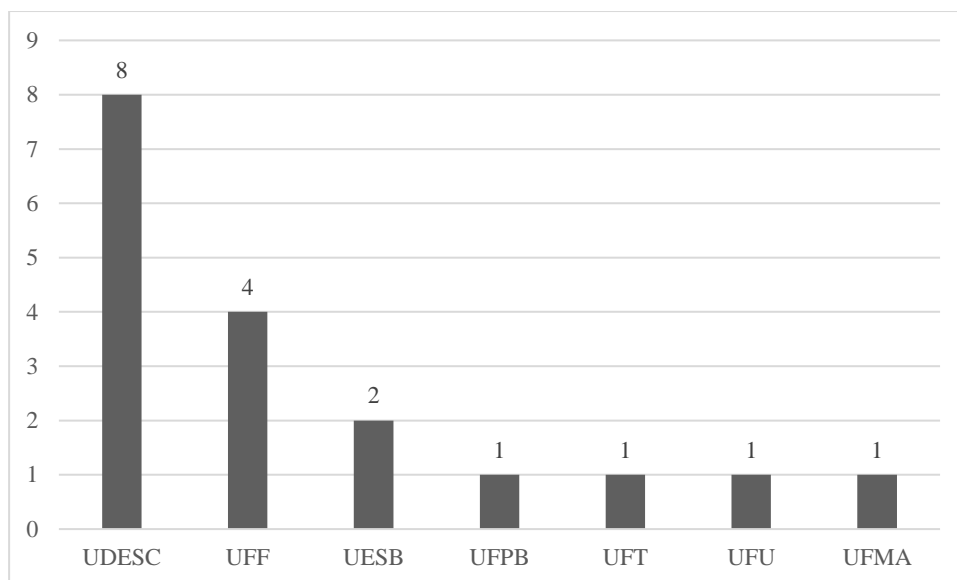


Gráfico 3: Quantidade de projetos de IES cadastrados no SIGProj que possuem como título e/ou palavras-chave os indexadores “administração pública e/ou gestão pública” e possuem características do método pesquisa-ação.

É possível observar que nem todas as ações extensionistas propostas neste tema possuem características da pesquisa-ação. Logo, constata-se que nem toda ação de extensão é pesquisa-ação, tendo outros métodos aplicáveis a estas ações.

Por outro lado, é interessante destacar a duração das ações extensionistas, com o período de ocorrência variando entre dias (0 meses) até 12 meses, conforme gráfico 4. Como o SIGProj é um sistema de registro, o período de planejamento das ações normalmente não está inserido nesta duração, o que prejudica a avaliação da durabilidade das ações. As ações que tiveram dias de execução foram caracterizadas como eventos.

Thiollent (1986) ressalta a importância da observação do pesquisador no método da pesquisa-ação, porém não determina a sua duração ideal. Desta forma, como o tempo de identificação e estruturação do problema e o de planejamento não foram considerados para identificação da duração das ações, entende-se que o tempo destas foi suficiente para aplicação do método pesquisa-ação. Devido à diversidade de ações, dados fornecidos na consulta pública e recorte deste trabalho, não é possível identificar todas as ações e fases da pesquisa-ação.

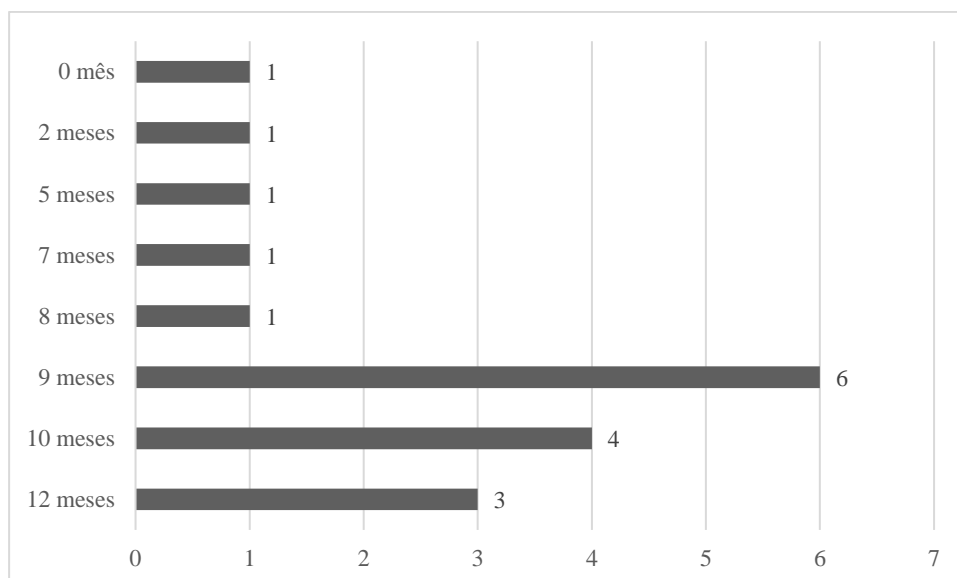


Gráfico 4: Duração das ações cadastradas no SIGProj que possuam relação com a temática e a pesquisa-ação.

A partir destes resultados é ratificada a abordagem de Araújo Filho e Thiollent (2008) que encontram características do método pesquisa-ação na extensão universitária. Isso demonstrou como as universidades têm caracterizado a prática deste método através de atividades de extensão, abrangendo a gestão pública. Isso se coaduna com o que Paes de Paula (2005) já apontava, ou seja, o crescimento da participação social na administração pública, e esse incentivo tem uma continuidade nas organizações direcionadas à construção, ao compartilhamento e à aplicação do conhecimento: as universidades.

5. CONCLUSÃO

As universidades possuem obrigatoriedade constitucional de fomentar a prática indissociável do ensino, pesquisa e extensão. É necessário que essa premissa seja efetivada e não fique apenas no discurso, principalmente pela atuação das IES e docentes, incentivando e oportunizando espaços e estratégias para que este movimento ocorra em harmonia (DIEHL E TERRA 2013).

A extensão universitária vem ganhando destaque e importância, principalmente devido ao compromisso e participação social que estão vinculados às ações empreendidas, fato comprovado pelo registro de mais de 45.000 ações extensionistas no decorrer de um pouco mais de 12 anos. Destaca-se a participação da sociedade na formulação de políticas públicas, conquistadas através de lutas e movimentos sociais (GOHN, 2008). Essa participação objetiva principalmente direcionar a gestão pública para atuação nas áreas que precisam de maior atenção, reiterando o compromisso social do Estado. As ações de extensão corroboram com a literatura, pois objetivam construir um conhecimento prático junto à sociedade civil, realizando ações transformadoras condizentes com a teoria explicitada no ensino e na pesquisa.

O compromisso social, a pesquisa, a ação e a transformação/mudança da sociedade e das organizações são aspectos comuns no método pesquisa-ação. Estas características são compartilhadas com as da extensão universitária, reafirmando que, devido à similaridade, algumas ações extensionistas utilizam este método. Ressalta-se também o incentivo dessa estratégia metodológica na prática da indissociabilidade das funções das IES, pois ao utilizá-lo o pesquisador estará associando o ensino, a pesquisa e a extensão. Apesar disso, verificamos que o espaço da extensão nas universidades ainda é muito reduzido, assim como a pesquisa

voltada para ação e transformação. Este fato é reiterado ao analisarmos que das 53 IES cadastradas no SIGProj, apenas 7 utilizaram a estratégia pesquisa-ação.

Infelizmente, apesar de o SIGProj ser coordenado e sugerido pelo Ministério da Educação, não é um sistema de gestão de projetos obrigatório por todas as instituições de ensino público. Se houvesse concentração de registro de ações, haveria um maior dimensionamento e visualização da realidade extensionista.

Como questionamentos para novas pesquisas ficam: se toda pesquisa-ação requer uma ação, mudança ou alternativa para resolução de um problema, as ações identificadas com as características de pesquisa-ação atingiram este objetivo? Considerando que o relatório final constando as principais realizações e resultados da ação, não é disponibilizado no SIGProj, sugere-se um outro tipo de estudo, realizado com metodologia adequada para obtenção destes dados.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO, T.; THIOLLENT, M. **Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão**. São Carlos: Cubo Multimídia, 2008.

BALDISSERA, A. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, v. 7, n. 2, p. 5-25, 2001.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Distrito Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Distrito Federal, 1996.

_____. Ministério de Educação. **SIGProj** – Sistema de Informação e Gestão de Projetos, 2017. Disponível em: <<http://sigproj1.mec.gov.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

CATELLI, A.; SANTOS, E. S. Mensurando a criação de valor na gestão pública. **Revista de Administração Pública**, v. 38, n. 3, p. 423-449, 2004.

COSTA-RENDERS, E. C.; SILVA, L. D. A extensão e o alargamento do espaço de ensino-aprendizagem na educação superior. In: SÍVERES, L. **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, p. 81-94, 2013.

DANIEL, E. H. The Library Information School. In: **The Place of Library Information Science Education Within Higher Education**. ILLINOIS, p. 623-643, 1986. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/7452/librarytrendsv34i4_opt.pdf?sequence=3&isAllowed=y#page=96>. Acesso em: 26 abr. 2017.

DIEHL, B. T.; TERRA, E. L. A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão: do legal ao real. **Revista de Humanidades**, v. 28, n. 2, p. 166-185, 2013.

DIONNE, H. **A Pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local**. Tradução de Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro, 2007.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. CORRÊA, Edison José (Org.). Coordenação Nacional do FORPROEX.- Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

FRANCO, M. E. D. P.; BITTAR, M. Políticas públicas da educação superior. v. 2 INEP/RIES. In: MOROSINI, M. C. et al. **Enciclopédia de pedagogia universitária**. Porto Alegre: Fapergs/Ries, v. 2, p. 163-208, 2006. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Enciclop%C3%A9dia+de+pedagogia+universit%C3%A1ria+gloss%C3%A1rio+vol+2/b9d6f55d-1780-46ef-819a-cdc81ceeac39?version=1.2>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOHN, M. G. **O Protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JEZINE, E. M. **A Crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira Educação**, v. 14, n. 41, p. 269-280, Rio de Janeiro, 2009.

NOGUEIRA, M. D. P. (org). **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

PAES DE PAULA, A. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

PEREIRA, A. B.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Processo de desligamento entre pesquisadores e participantes na pesquisa-ação. **FRACTAL: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 1, p. 109-126, 2013.

PEREIRA, J. R. F. C. R.; SCHENA, M. L. R. Análise Descritiva do Sistema Gestor de Projetos (SGPJ) da PROEX Pró-Reitoria de Extensão da Unioeste. In: **Anais...** Anais do X Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, 2011, Cascavel. p. 1-13. Disponível: <http://cac-php.unioeste.br/eventos/xseminarioccsa/anais2011/Administracao/ANALISE_DESCRITIVA_DO_SISTEMA_GESTOR_DE_PROJETOS_SGPJ_DA_PROEX_PRO-REITORIA_DE_EXTENSAO_DA_UNIOESTE.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2017.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Manaus, 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2017.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipadora da universidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. **Extelar Grupo de pesquisa em extensão popular**. 2010. Disponível em:<

http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf >. Acesso 20 abr. 2017.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

UNESCO. **Final Report: World Conference on Higher Education 2009**. Paris: Unesco, 2010.